REPÚBLICA PORTUGUESA
Direção-Geral das Atividades Económicas

A Política Comercial e a sua importância para Portugal

Fernando Bilé
Divisão de Política Comercial Externa
Direção de Serviços de Comércio Internacional

Lisboa, 15 de abril de 2019

Política Comercial Externa: o que é que isto interessa?

50%

Intensidade Exportadora (exp/PIB)

Política Comercial Externa: o que é que isto interessa?

Intensidade exportadora portuguesa

- Investimento
- Capacidade competitiva
- Inovação
- Posicionamento na cadeia de valor
- Diferenciação
- Abertura/Diversificação de mercados
- Combate à concorrência desleal
- Procura internacional

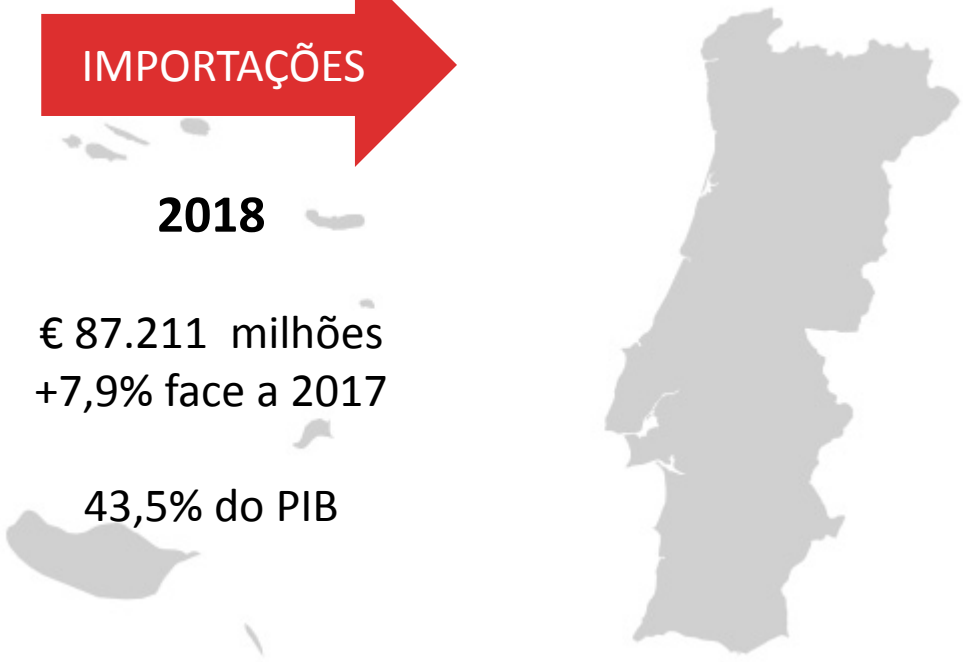
Bens & Serviços

IMPORTAÇÕES

2018

€ 87.211 milhões
+7,9% face a 2017

43,5% do PIB



EXPORTAÇÕES

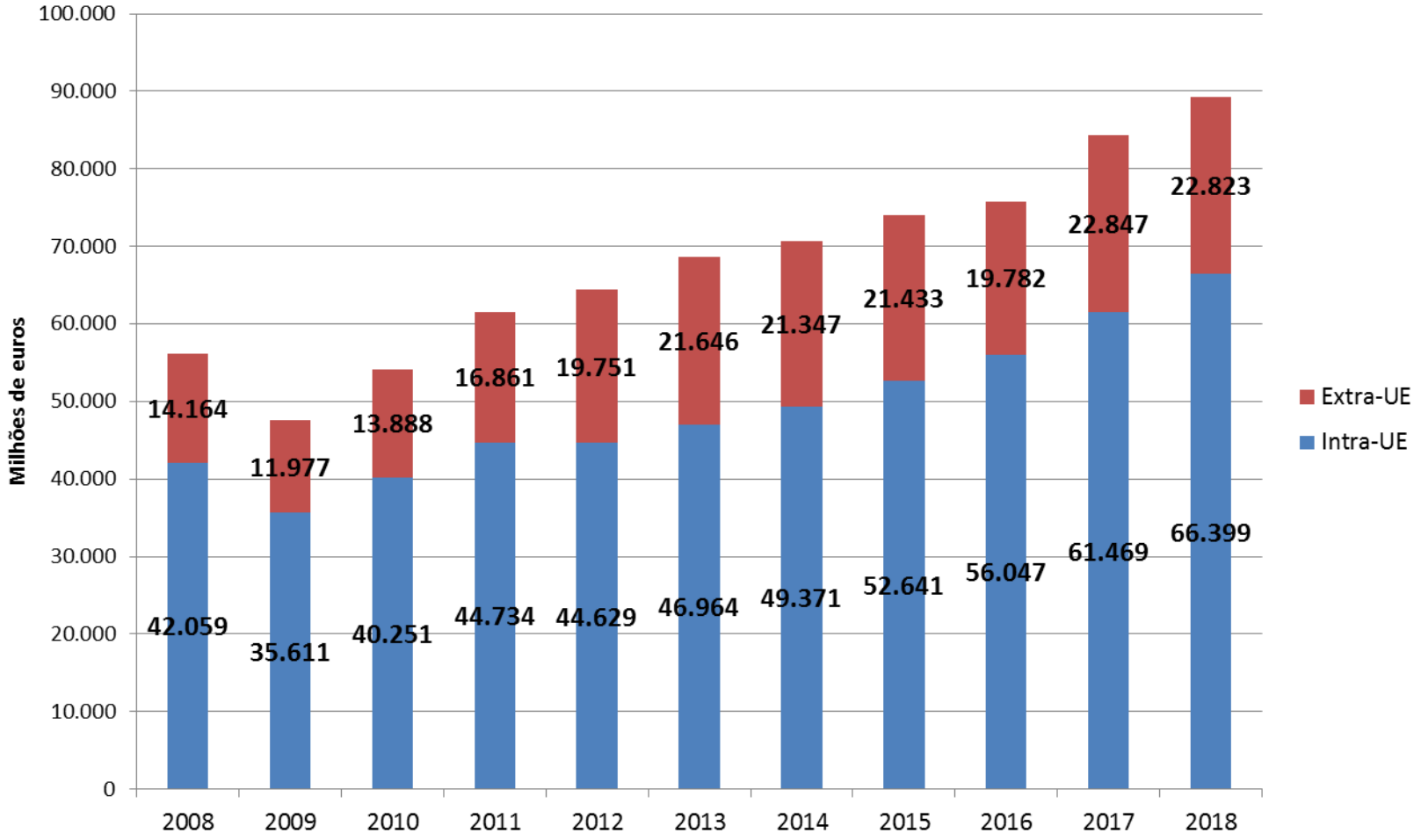
2018

€ 89.222 milhões
+5,8% face a 2017

43,6% do PIB

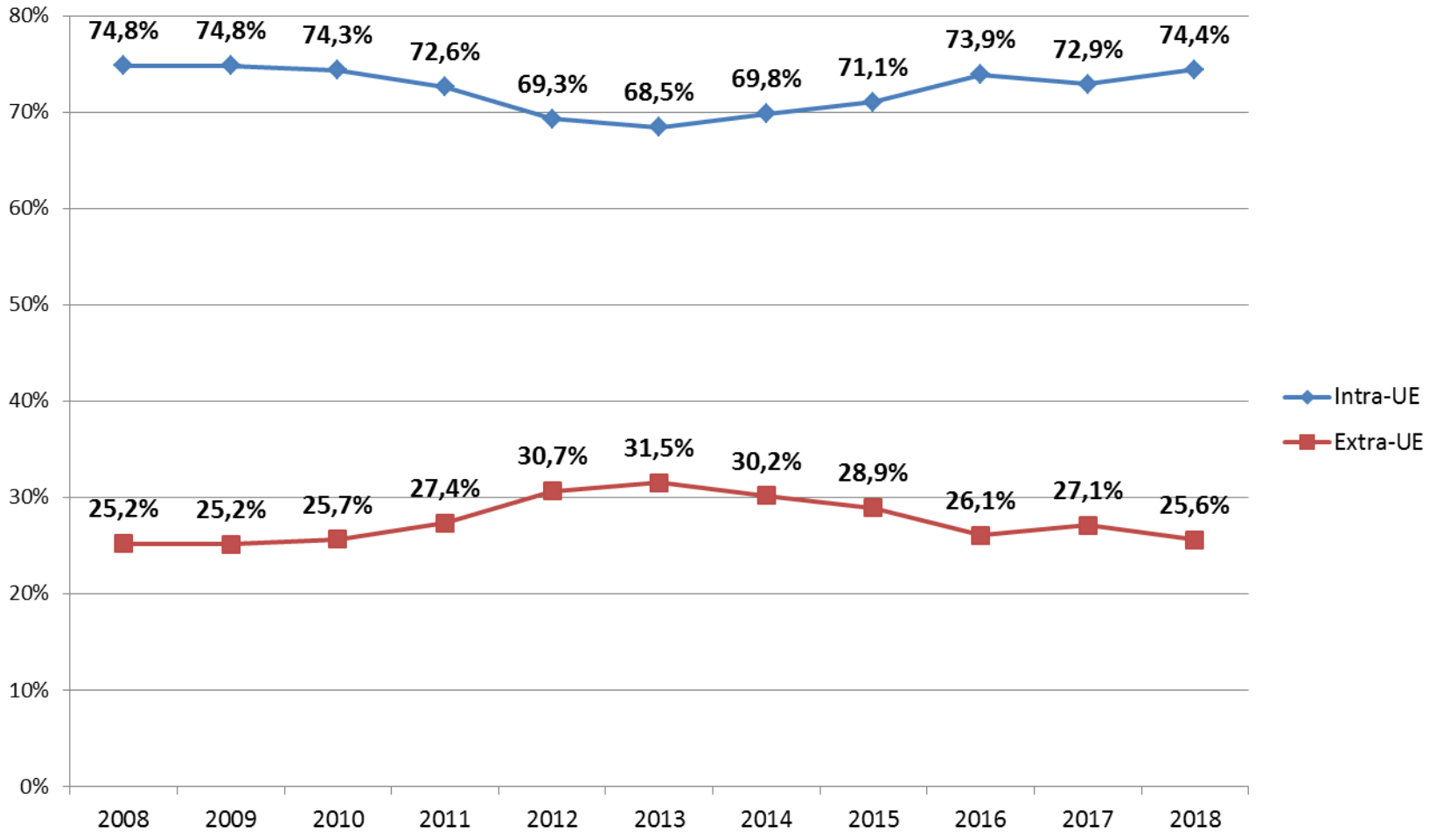
Fonte: GEE - Comércio Internacional de Bens e Serviços

Exportações nacionais de bens e serviços
Intra *versus* Extra (em valor)



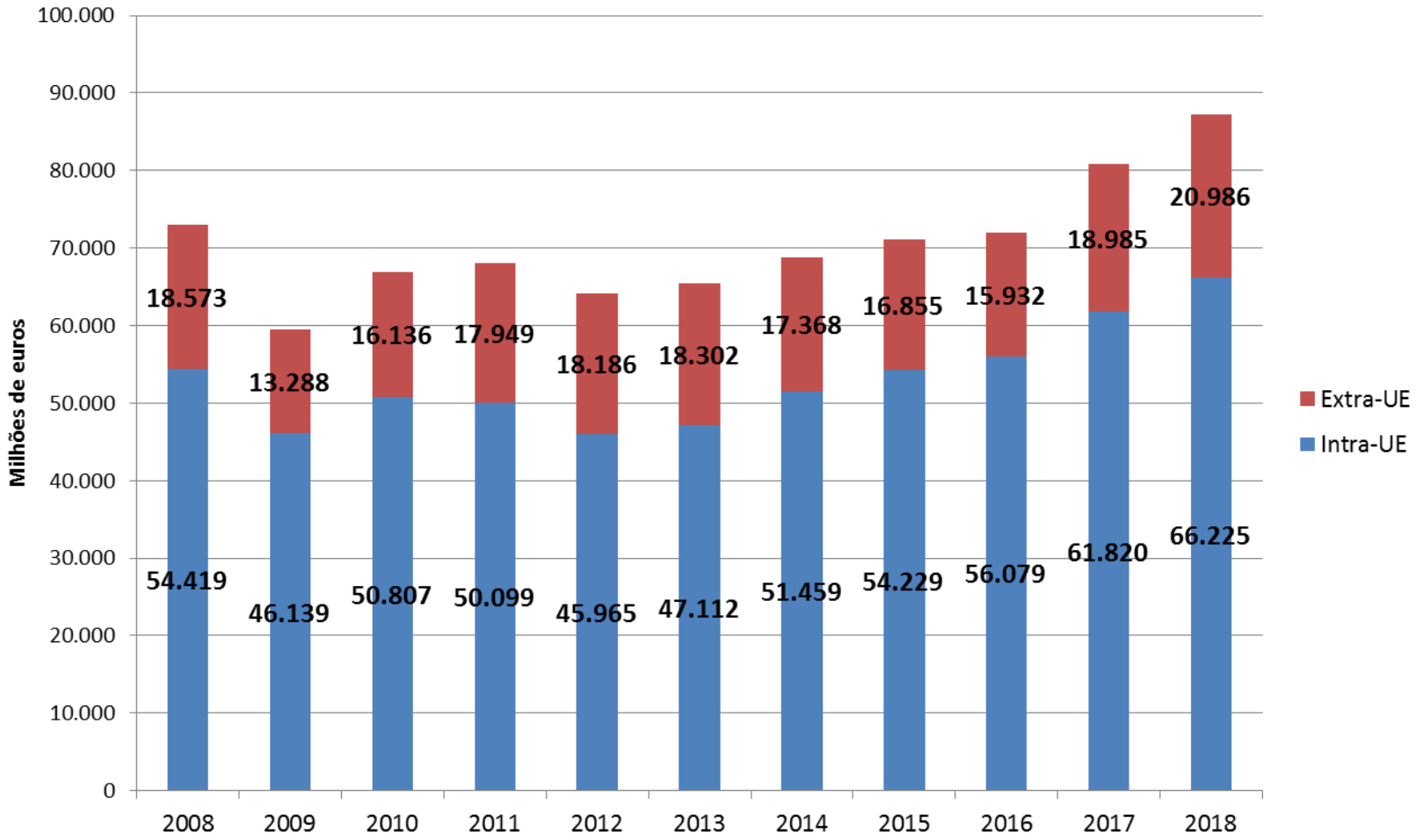
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Exportações nacionais de bens e serviços
Intra *versus* Extra (em %)



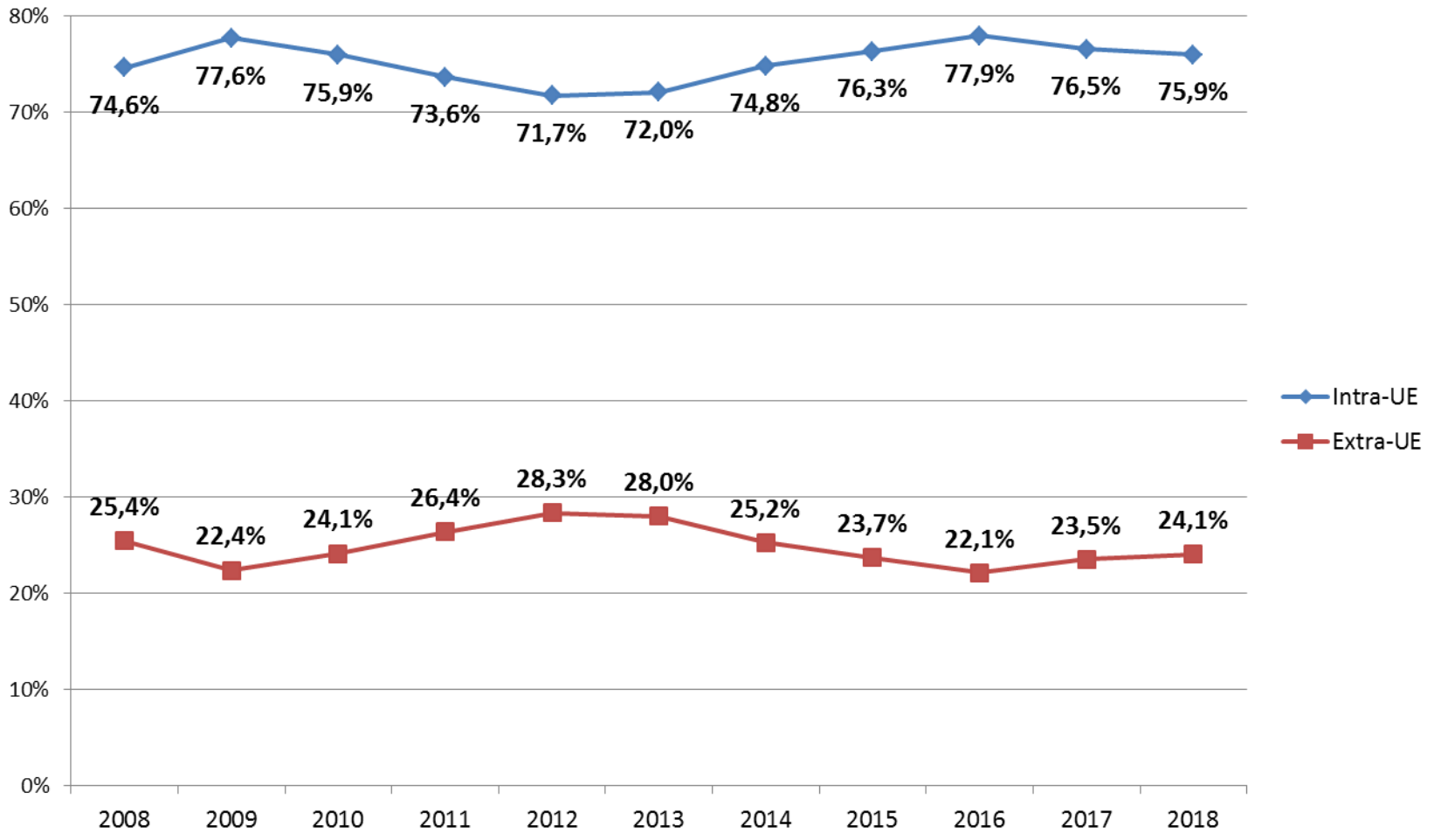
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Importações nacionais de bens e serviços
Intra *versus* Extra (em valor)



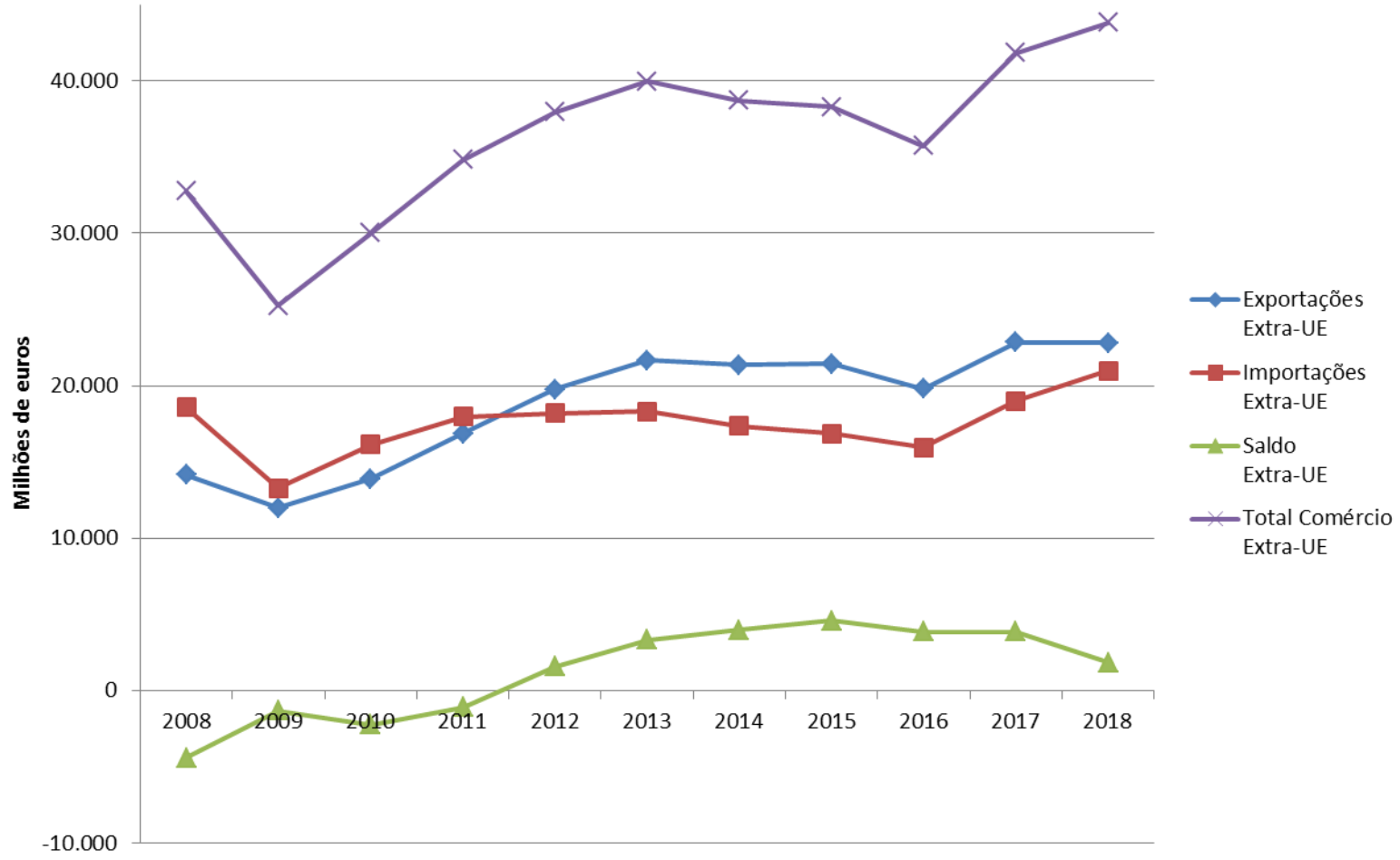
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Importações nacionais de bens e serviços
Intra *versus* Extra (em %)



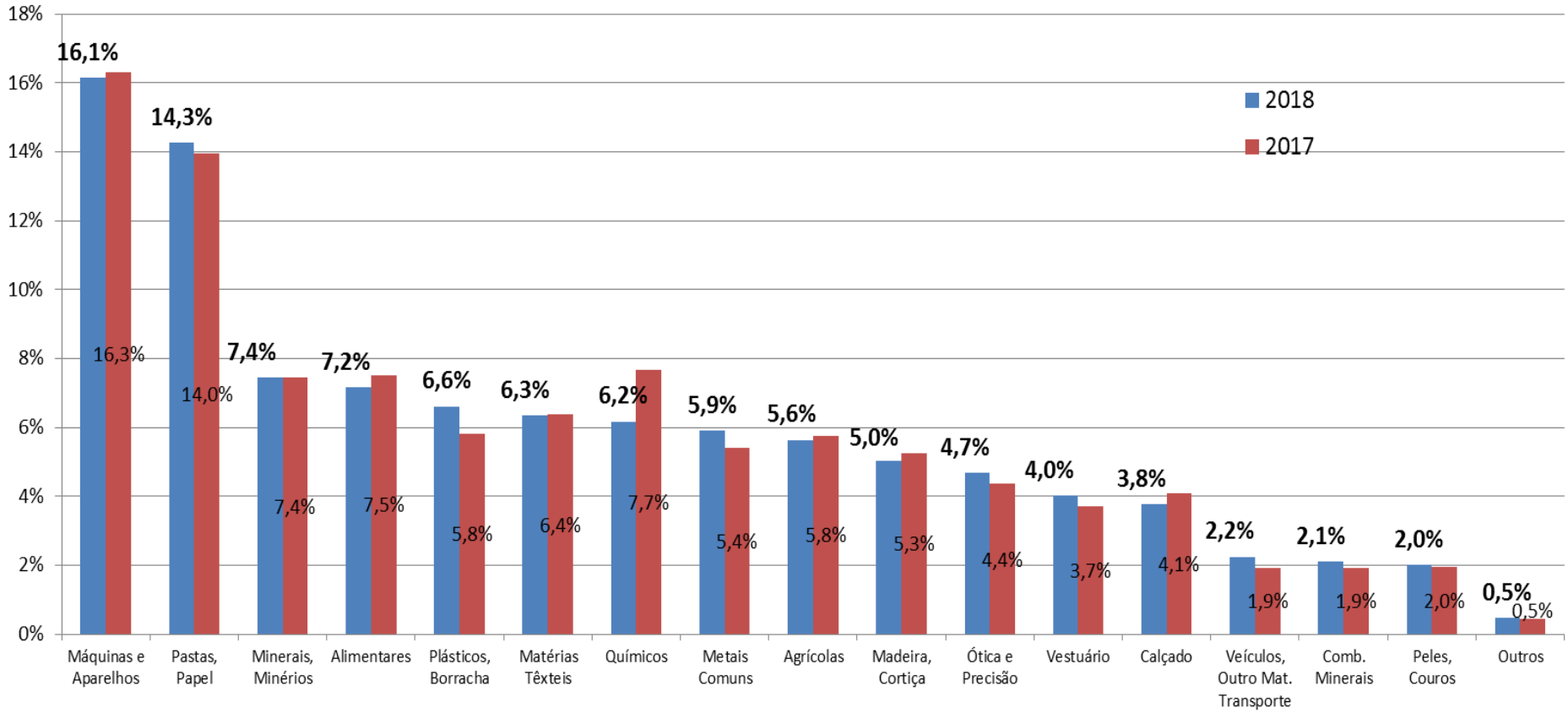
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Comércio Extra-UE
Bens e Serviços



Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Exportações Extra-UE
Grupos de bens



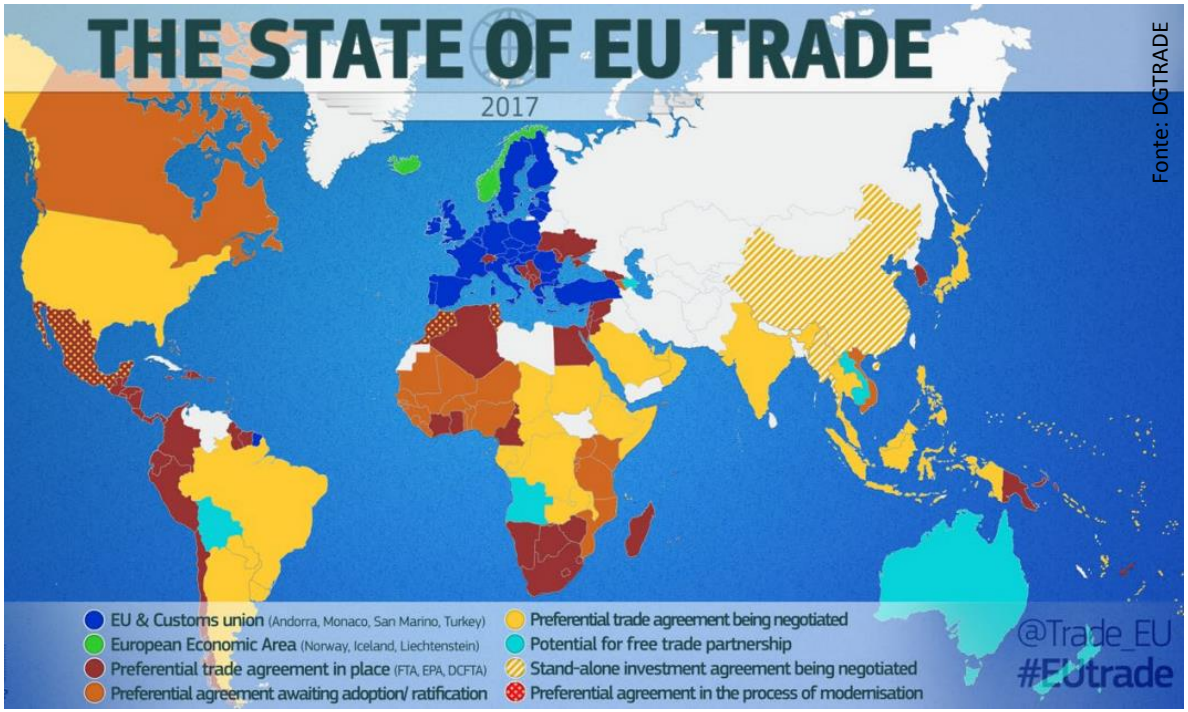
Fonte: AICEP/INE

Política Comercial Externa: o que é que isto interessa?

Política Comercial Externa:

- Via multilateral, plurilateral e bilateral
- A política comercial como interesse ofensivo nacional
- Mitos, Valores, Mudança, Mediatismo
- Globalização, Politização, Protecionismo e Guerra Comercial

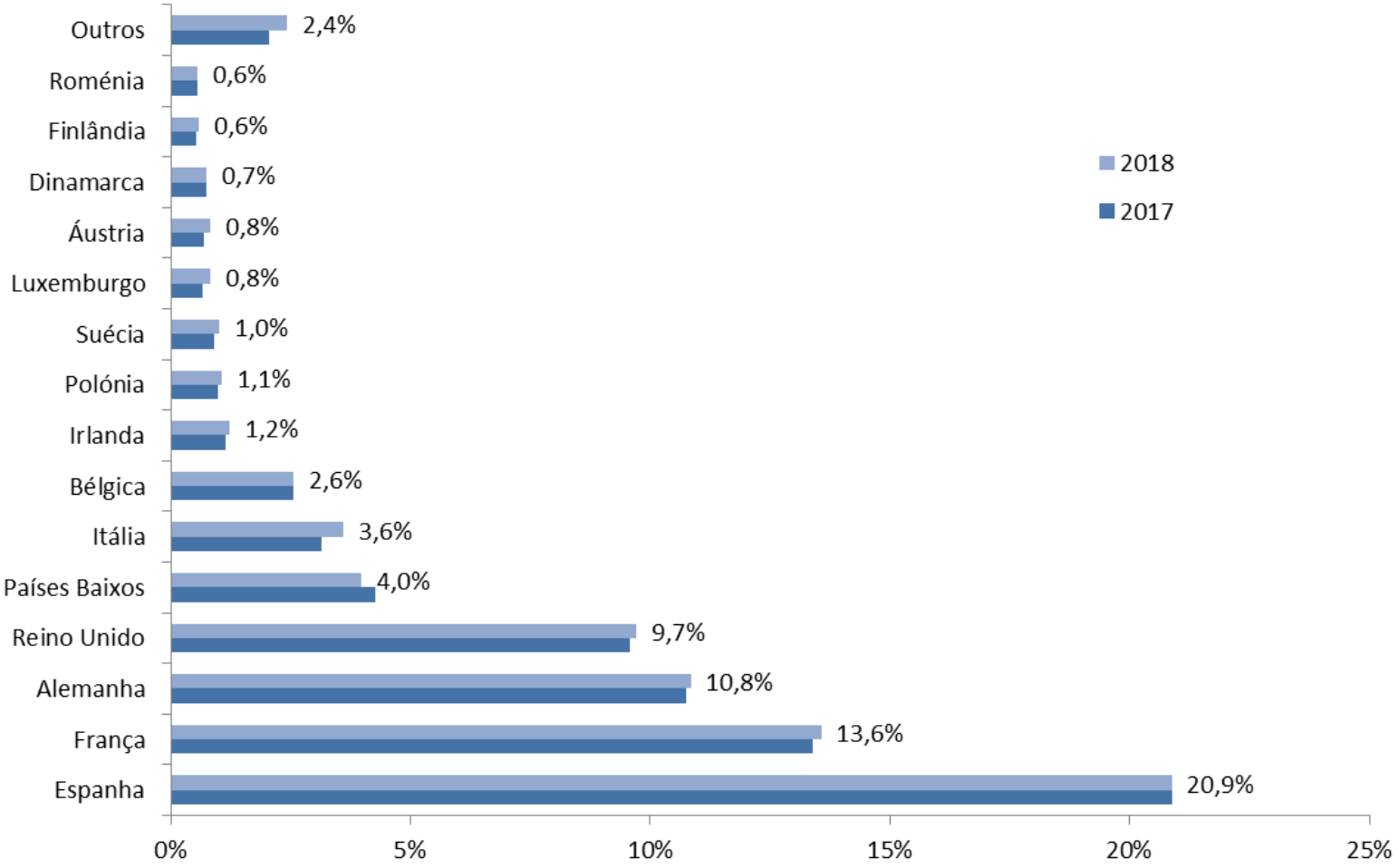
Política Comercial Externa: o que é que isto interessa?



Concluídos: Canadá, México, Vietname, Singapura, Coreia do Sul, Japão

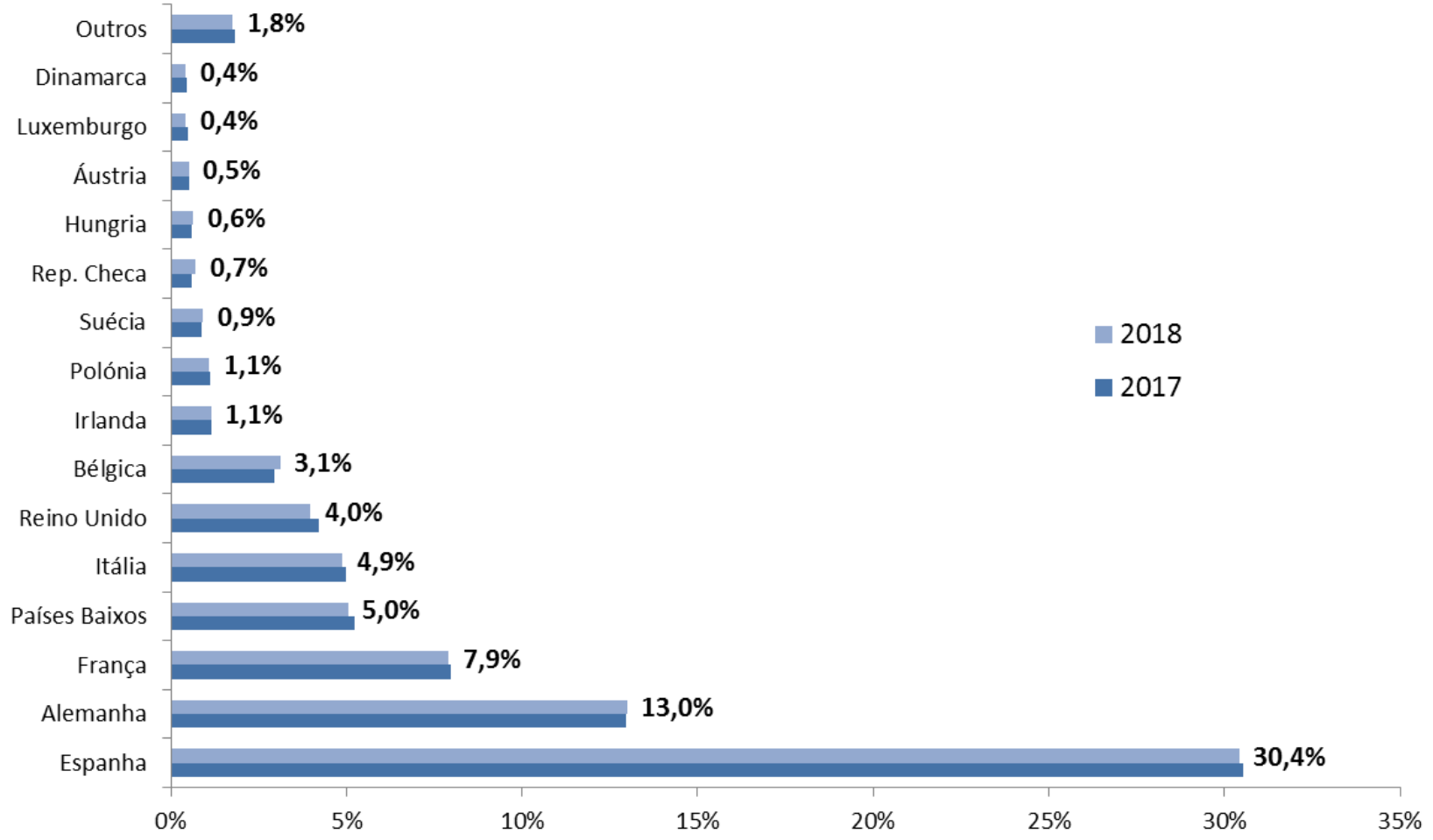
Em negociação: Chile, Mercosul, Marrocos, Tunísia, Indonésia, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia

Clientes de bens e serviços Intra-UE
Quota das exportações nacionais (%)



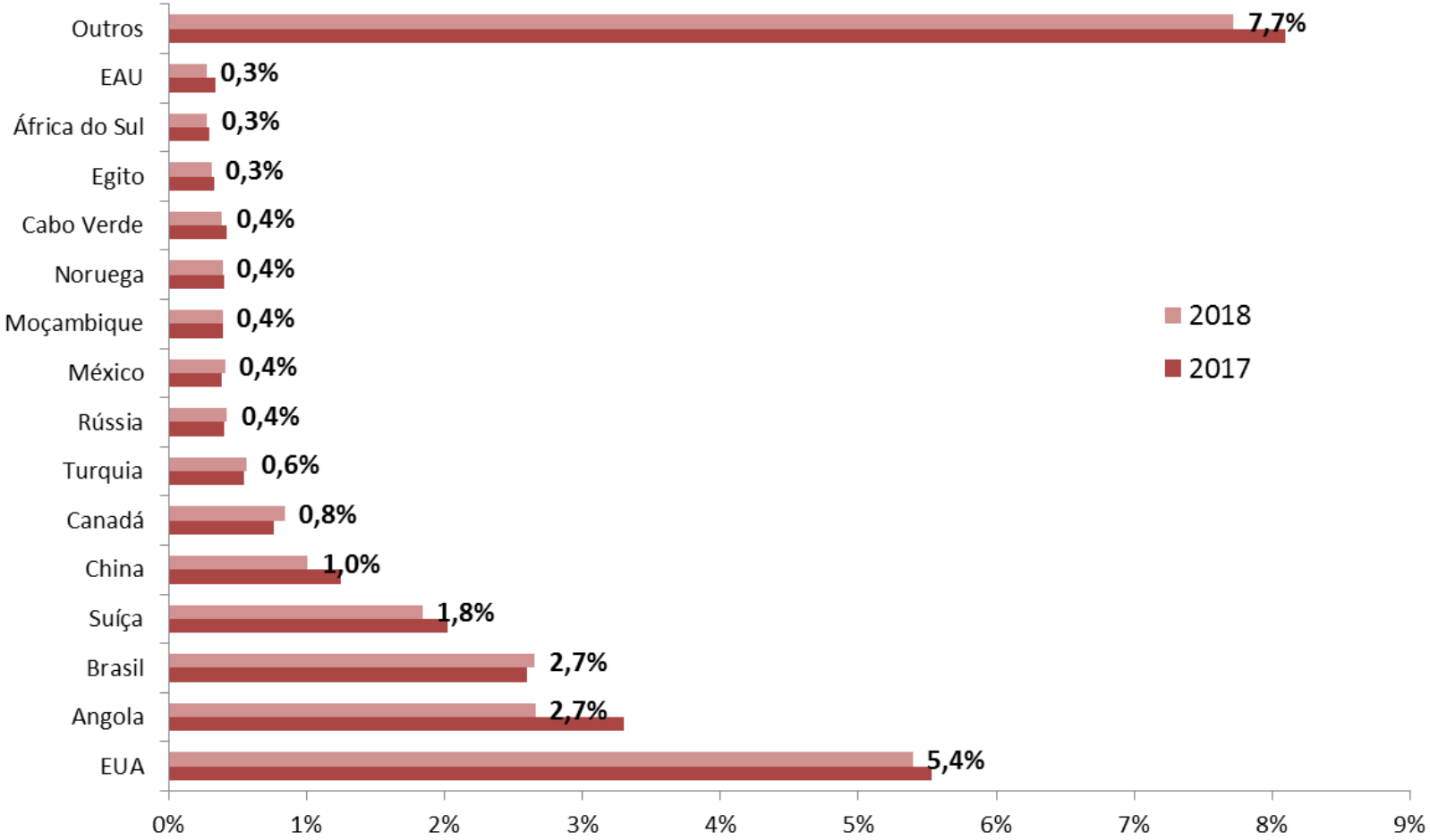
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Fornecedores de bens e serviços Intra-UE
Quota das importações nacionais (%)



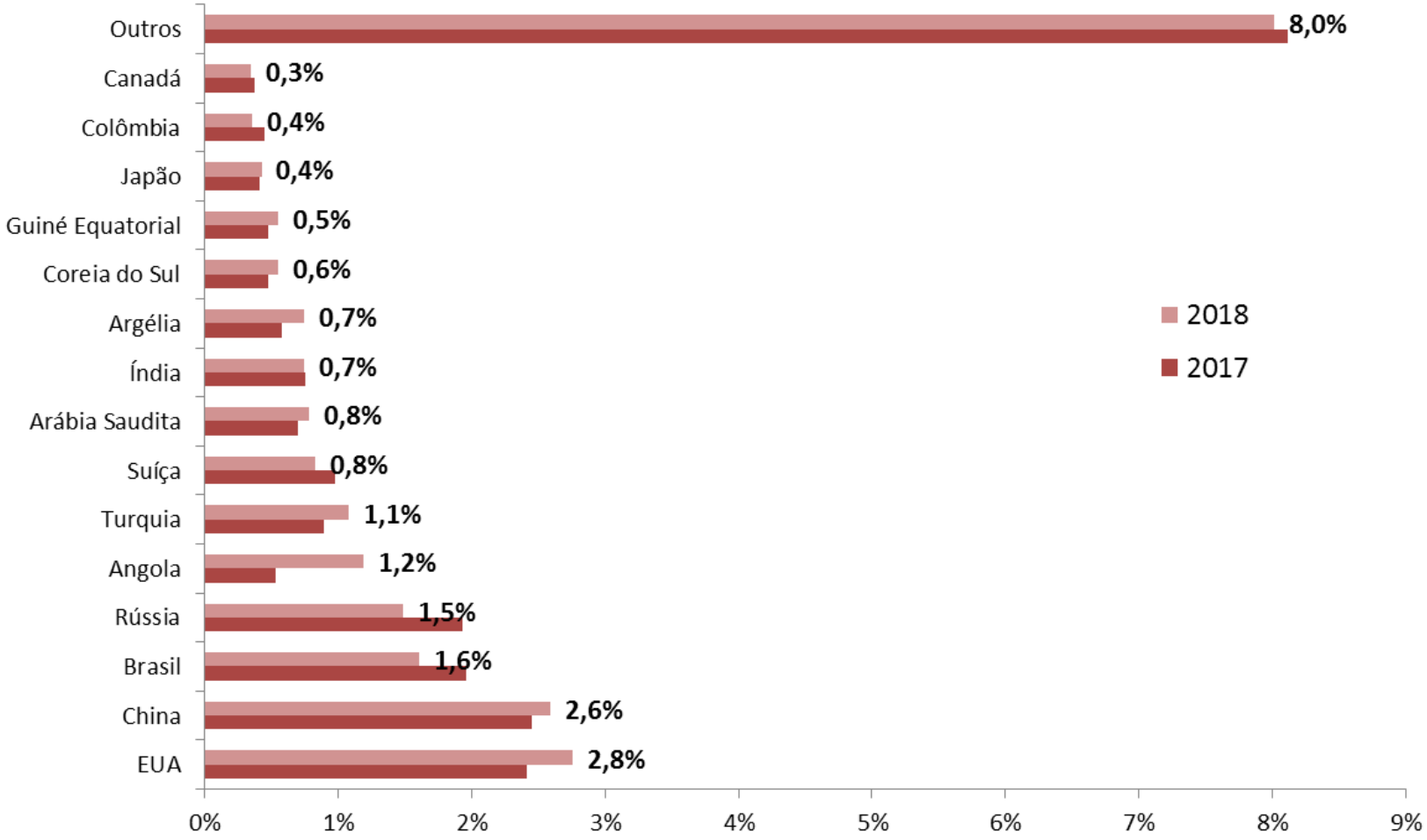
Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Clientes de bens e serviços Extra-UE
Quota das exportações nacionais (%)



Fonte: AICEP/Banco de Portugal

Fornecedores de bens e serviços Extra-UE
Quota das importações nacionais (%)



Fonte: AICEP/Banco de Portugal

REPÚBLICA PORTUGUESA
Direção-Geral das Atividades Económicas

Empresas Exportadoras 2017

Nº empresas exportadoras Intra-UE	**37.589**
Reino Unido	2.883
Nº empresas exportadoras Extra-UE	**22.988**

América do Norte	EUA	3.217	
	Canadá	1.555	CETA
	México	767	ACL UE-México
América do Sul	Brasil	1.527	ACL UE-Mercosul
	Argentina	292	
	Uruguai	155	
	Paraguai	95	
	Chile	493	ACL UE-Chile

Med	Turquia	784	União Aduaneira
	Marrocos	1.309	Acordo Associação
	Tunísia	465	Acordo Associação
	Argélia	410	Acordo Associação
	Egipto	285	Acordo Associação
	Jordânia	172	Acordo Associação
África	Angola	5.838	EBA
	Cabo Verde	2.866	SPG+
	Moçambique	1.847	EBA; EPA
	S.Tomé e Principe	1.245	EBA
	Guiné-Bissau	854	EBA
	África do Sul	694	EPA
Outros	Rússia	564	

Ásia	China	1.451	A.Inv. UE-China
	Japão	945	ACL UE-Japão
	Índia	690	ACL UE-India
	Coreia do Sul	639	ACL UE-Coreia
	Macau	450	
	Malásia	295	ACL UE-Malásia
	Vietname	241	ACL UE-VT
	Indonésia	185	ACL UE-IND
	Filipinas	151	ACL UE-Filipinas
	Singapura	-	ACL UE-Singapura
	Myamar	19	
Oceânia	Austrália	938	ACL UE-Austrália
	Nova Zelândia	334	ACL UE-NZ

Fonte: AICEP/INE

REPÚBLICA PORTUGUESA
Direção-Geral das Atividades Económicas

Evolução Nº Empresas Exportadoras
Tx. Variação, 2012-2017 (INE)

América do Norte	EUA	40,54%	Negociação bilateral
	Canadá	33,59%	CETA
	México	46,37%	ACL UE-México
América do Sul	Brasil	-9,32%	ACL UE-Mercosul
	Argentina	54,50%	
	Uruguai	43,52%	
	Paraguai	55,74%	
	Chile	60,59%	ACL UE-Chile
Brexit	Reino Unido	17,50%	

Med	Turquia	23,08%	União Aduaneira
	Marrocos	7,74%	Acordo Associação
	Tunísia	11,24%	Acordo Associação
	Argélia	13,89%	Acordo Associação
	Egipto	-5,00%	Acordo Associação
	Jordânia	43,33%	Acordo Associação
África	Angola	-33,82%	EBA
	Cabo Verde	1,63%	SPG+
	Moçambique	-39,00%	EBA; EPA
	S.Tomé e Principe	7,33%	EBA
	Guiné-Bissau	7,42%	EBA
	África do Sul	20,91%	EPA
Outros	Rússia	3,11%	

Ásia	China	40,74%	A.Inv. UE-China
	Japão	24,51%	ACL UE-Japão
	Índia	40,82%	ACL UE-India
	Coreia do Sul	62,18%	ACL UE-Coreia
	Macau	13,35%	
	Malásia	84,38%	ACL UE-Malásia
	Vietname	136,61%	ACL UE-VT
	Indonésia	32,14%	ACL UE-IND
	Filipinas	67,78%	ACL UE-Filipinas
	Singapura	20,78%	ACL UE-Singapura
	Myamar	216,67%	ACL UE-Myamar
Oceânia	Austrália	47,02%	ACL UE-Austrália
	Nova Zelândia	43,97%	ACL UE-NZ

REPÚBLICA PORTUGUESA
Direção-Geral das Atividades Económicas

Exportações B&S para Países Terceiros
Tx. Variação, 2012-2018, (BP; INE)

América do Norte	EUA	54,80%	
	Canadá	104,00%	CETA
	México	72,70%	ACL UE-México
América do Sul	Brasil	38,40%	ACL UE-Mercosul
	Argentina	153,40%	
	Uruguai	-26,60%	
	Paraguai	-25,90%	
	Chile	64,30%	ACL UE-Chile
Brexit	Reino Unido	62,10%	

Med	Turquia	32,20%	União Aduaneira
	Marrocos	55,10%	Acordo Associação
	Tunísia	114,50%	Acordo Associação
	Argélia	19,80%	Acordo Associação
	Egipto	134,40%	Acordo Associação
	Jordânia	37,40%	Acordo Associação
África	Angola	-45,80%	EBA
	Cabo Verde	31,10%	SPG+
	Moçambique	-11,40%	EBA; EPA
	S.Tomé e Principe	22,40%	EBA
	Guiné-Bissau	30,40%	EBA
	África do Sul	45,80%	EPA
Outros	Rússia	8,60%	

Ásia	China	7,30%	A.Inv. UE-China
	Japão	-39,20%	ACL UE-Japão
	Índia	44,40%	ACL UE-India
	Coreia do Sul	37,16%	ACL UE-Coreia
	Macau	43,70%	
	Malásia	10,30%	ACL UE-Malásia
	Vietname	277,10%	ACL UE-VT
	Indonésia	-9,00%	ACL UE-IND
	Filipinas	34,80%	ACL UE-Filipinas
	Singapura	26,60%	ACL UE-Singapura
	Myamar	450,40%	ACL UE-Myamar
Oceânia	Austrália	83,70%	ACL UE-Austrália
	Nova Zelândia	141,40%	ACL UE-NZ

Interesse ofensivo para Portugal – Países Terceiros (Empresas exportadoras/Exportações)

EUA, Canadá, México
Brasil, Argentina, Colômbia
Japão, Índia, China (e Hong Kong e Macau), Coreia do Sul, Vietname, Malásia, Taiwan
Austrália, Nova Zelândia
Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Jordânia, EAU, Israel, Líbano, Arábia Saudita
Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, África do Sul
Rússia, Turquia, Suíça

Outros: Uruguai, Paraguai, Bolívia, Costa Rica, Guatemala, Panamá, Peru e Cuba; Ucrânia; Benim, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gana, Quénia, Nigéria, Senegal e Togo; Paquistão, Irão, Iraque, Qatar, Omã, Koweit e Tailândia.

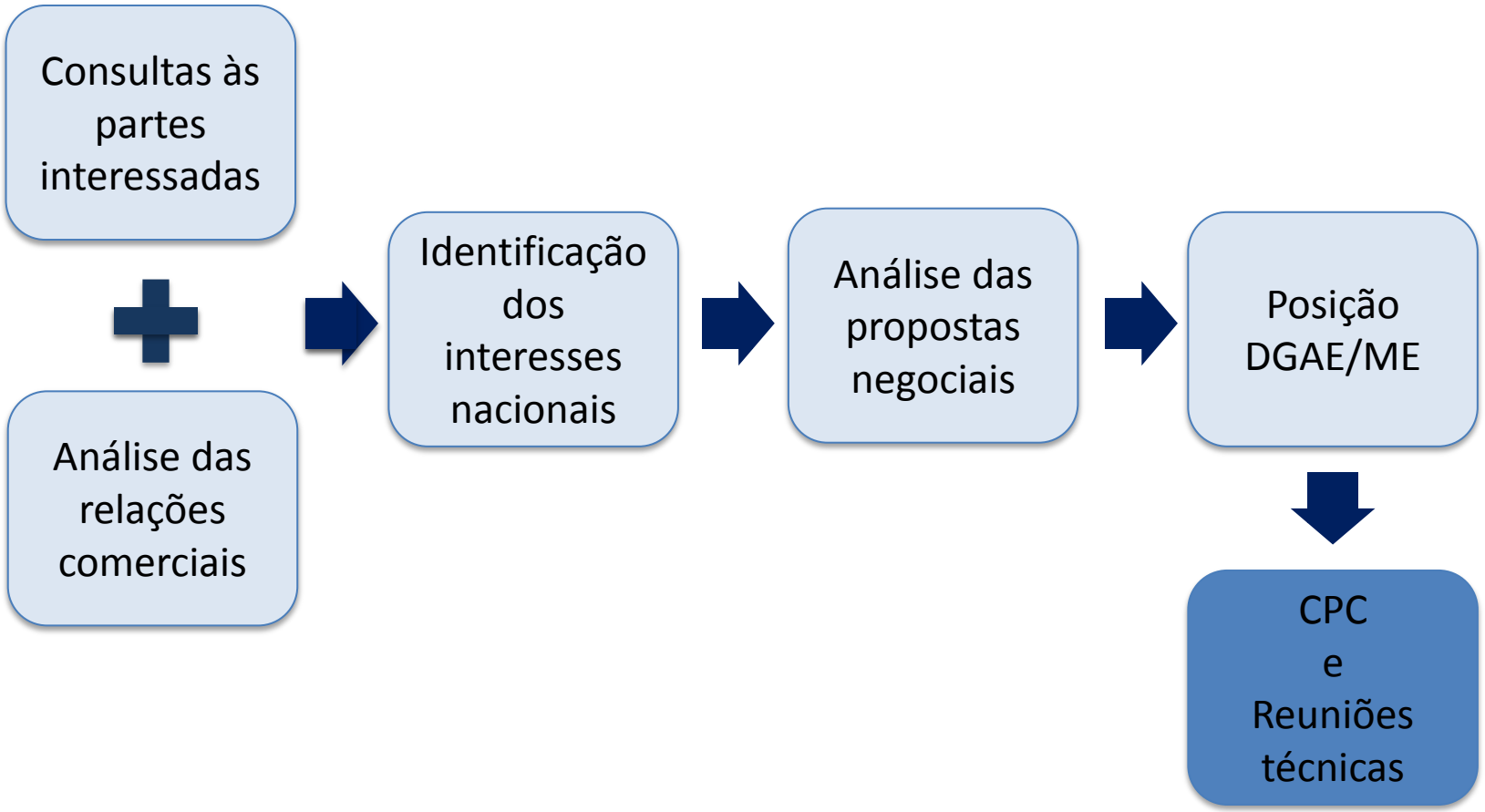
Política Comercial Externa

- Negociações OMC (Multilaterais e Plurilaterais)
- Acordos Comerciais
- Instrumentos de Defesa Comercial (IDC)
- Estratégia de Acesso ao Mercado
- Investimento
  - Política Europeia de Investimento
  - Negociação de acordos bilaterais de investimento (BIT)
- Serviços
- Comités OCDE (Investimento e de Comércio)
- Outros (UNCITRAL, UNCTAD, Mecanismo de litígios da OMC)
- Brexit

Política Comercial Externa

Titularidade DGAE/ME	Contributo para posição nacional	Reuniões Técnicas responsabilidade DGAE/ME
• Comité de Instrumentos de Defesa Comercial • Grupo Peritos SPG • Comité Consultivo de Acesso ao Mercado • Comité Consultivo de Acordos de Investimento • Comité de Comércio da OCDE • Comité de Investimento da OCDE	• CPC Titulares • CPC Suplentes • CPC Serviços e Investimento • GT de Questões Comerciais • Comité SPG do Conselho • Brexit (pol. comercial)	• Acordos comerciais (ex. CETA, MERCOSUL) • Serviços • Investimento • Comércio e Desenv. Sustentável • EGA • TiSA • Assuntos OMC • Outros

Acordos Comerciais - Processo



Posição "Tradicional"

- Diminuição/Eliminação de Barreiras Pautais para as empresas nacionais (exportação; aprovisionamento)
- Redução de barreiras não pautais em mercados terceiros
- Proteção de investimento (ofensivo; policy space)
- Ambição no comércio de serviços e liberalização de investimento
- Medidas de defesa comercial para combater concorrência desleal
- Maior acesso a Mercados Públicos
- Defesa padrões europeus (saúde, ambientais, sociais)
- Adequada resolução de litígios
- Maior participação de PME no comércio internacional

Exemplo: CETA

Resultados alcançados

=

- Eliminação de todos os direitos aduaneiros aplicados a bens industriais
- Redução de custos administrativos/simplificação proc. alfandegários
- Prevenção de barreiras regulamentares desnecessárias
- Facilitação da mobilidade de prestadores de serviços
- Criação de condições favoráveis ao investimento
- Facilitação do acesso ao mercado de contratos públicos
- Criação de um ambiente de negócios especialmente benéfico para as PME

Exemplo: CETA

Maiores oportunidades para Portugal

=

Setores com direitos mais elevados no Canadá, que passam a estar isentos à entrada em vigor

Principais exportadores

Setores	Direitos
Calçado	20%
Têxteis-lar	18%
Cordoaria	10%
Pneumáticos de borracha	7%
Plásticos	6,5%
Obras em alumínio	6,5%

Potenciais exportadores

Setores	Direitos
Vestuário	18%
Cutelaria e talheres	11%
Mobiliário	9,5%
Obras em pedra	8%
Produtos cerâmicos	8%

Fonte: Goods schedules, WTO

Exemplo: Japão

Resultados alcançados

=

- **Eliminação dos direitos aduaneiros aplicados a 97% dos bens (87% à entrada em vigor)**
- **Redução de barreiras regulamentares desnecessárias**
- **Facilitação da entrada e estadia temporária de prestadores de serviços**
- **Facilitação do acesso ao mercado de contratos públicos (nível central e local**
- **Medidas específicas para as PME – *Websites* com informação sobre o acordo; base de dados para pesquisa por produto**

Exemplo: Mercosul

Interesses defendidos nas negociações

- Eliminação dos direitos aduaneiros em sectores de interesse (cortiça, papel, têxteis e vestuário e calçado, químicos, plásticos, borracha, obras de pedra, cerâmicos, vidros, obras de ferro ou aço, máquinas e aparelhos, automóveis e componentes e mobiliário)
- Eliminação/redução das barreiras não-pautais (restrições e taxas à exportação, outras em matéria de concorrência)
- Melhoria do acesso ao mercado de contratos públicos, eliminando o tratamento discriminatório das empresas europeias
- Efetivo acesso ao mercado de serviços e diminuição de barreiras à mobilidade e ao estabelecimento de investidores europeus (em especial, restrições à propriedade estrangeira em setores como as comunicações, aviação, transportes e exploração mineira)"

Acordos Comerciais - Implementação

Divulgação

- Avisos às Associações – data da entrada em vigor, principais oportunidades criadas pelo acordo, prova de origem (REX)
- Fichas e documentos informativos
- Seminários
- Website DGAE
- Email para denúncia de barreiras de acesso ao mercado: barreiras.mercado@dgae.min-economia.pt

Acordos Comerciais - Implementação

Monitorização

- Relatórios anuais de implementação dos ACL da UE (COM)
- Relatórios dos vários Comités dos ACL (COM)
- Notas do Economista-Chefe sobre vários temas de política comercial (COM)
- Análise dos fluxos de comércio de Portugal com parceiros de ACL (DGAE)
- Reuniões do CPC – Comité de Política Comercial
- Reuniões do MAAC – Market Access Advisory Committee

Acordos Comerciais - Implementação

Avaliação

- Avaliações de impacto ex ante (IA – impact Assessments), incluindo **consulta pública às partes interessadas** (COM) (suporte à decisão; better regulation).
- Avaliação de impacto de sustentabilidade (SIA - Sustainability Impact Assessments), por entidade externa (contratada pela COM; durante a negociação).
- Avaliação ex post, depois do ACL estar em vigor, e tendo passado tempo suficiente para haver dados estatísticos relevantes (COM) (exemplo: Coreia).


Eliminação de barreiras
Defesa da indústria
Acesso ao Mercado
Aumento das exportações e do investimento
Crescimento Económico
Convergência UE
Aumento Emprego

Política Comercial Externa e Brexit

- Convergência/Mercado Interno vs. Divergência/País Terceiro
- Estudo Brexit da DGAE
  - Possíveis cenários política comercial
- Impacto “hard brexit”
- Relacionamento futuro
- Seminários e sobreaviso

Política Comercial Externa e Brexit

"Há mais de 200 empresas em Portugal que dependem do Reino Unido para colocar um valor superior a 50% das exportações de bens, o que as coloca entre as mais expostas aos efeitos negativos do "Brexit". De acordo com os dados disponibilizados ao PÚBLICO pelo INE, as 228 empresas em causa representam 8% do total das exportadoras de bens para o mercado britânico, e 13% do valor exportado (equivalente a 415 milhões de euros nos onze primeiros meses de 2018)."

in Público, 16.01.2019

OBRIGADO!

Fernando.Bile@dgae.min-economia.pt